



OS SESSENTA ANOS DE “INFLAÇÃO BRASILEIRA” DE IGNÁCIO RANGEL: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Nilmar Rippel¹
Bruno Saggiorato²
Marlon Clovis Medeiros³

RESUMO

O artigo tem como objetivo, fazer uma análise da obra “*A inflação brasileira*” de autoria de Ignácio Rangel lançada no ano de 1963 e verificar se esta obra ainda possui validade total ou parcialmente, para explicar a inflação da última década no Brasil. Para tanto, trouxemos os embates ocorridos à época, além de sua interpretação acerca do fenômeno inflacionário. Por fim, foi possível constatar que devido o tempo decorrido desde a publicação, a obra necessita de algumas breves considerações as quais podemos dizer que são “ajustes” em sua obra: i) a consolidação, na década de 1990, de um pacto de poder liberal e rentista não voltado ao interesse nacional e; ii) a partir do Plano Real e posterior financeirização, a inflação perdeu sua função em atuar como mecanismo de defesa da economia. No que concerne a permanência, podemos afirmar que; i) o fenômeno inflacionário não é uma causa, mas sintoma de alguma anomalia no sistema econômico; ii) o país ainda padece de altíssima concentração de renda riqueza e altas taxas de exploração e; iii) houve um aprofundamento ainda maior das grandes corporações que não apenas administram como determinam os preços dado o elevado nível de poder global sobre a produção e comercialização de mercadorias. Soma-se a isso, num segundo momento, uma inflação de custos dado os choques de ofertas à nível global.

PALAVRAS-CHAVE: Inflação brasileira, monetaristas, estruturalistas, mudanças, permanências.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNIOESTE, Francisco Beltrão-PR. E-mail: nilmarrippel@outlook.com.br

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSC, Florianópolis-SC. Email: saggiorato38@gmail.com

³ Docente do Programa de Graduação e Pós-Graduação em Geografia – UNIOESTE. Centro de Ciências Humanas – Francisco Beltrão-PR. E-mail: mcmedeiros@yahoo.com.br



THE SIXTY YEARS OF "BRAZILIAN INFLATION" BY IGNÁCIO RANGEL: BETWEEN CHANGES AND PERMANENCE

ABSTRACT

The article aims to analyze the work “Brazilian Inflation” written by Ignácio Rangel, released in 1963, and verify whether this work is still fully or partially valid to explain the inflation of the last decade in Brazil. To this end, we brought the conflicts that occurred at the time, in addition to their interpretation of the inflationary phenomenon. Finally, it was possible to verify that due to the time that has elapsed since publication, the work requires some brief considerations which we can say are “adjustments” in his work: i) the consolidation, in the 1990s, of a liberal and rentier power pact not focused on the national interest and; ii) from the Real Plan and subsequent financialization, inflation lost its function in acting as a defense mechanism for the economy. Regarding permanence, we can say that; i) the inflationary phenomenon is not a cause, but a symptom of some anomaly in the economic system; ii) the country still suffers from a very high income concentration and high rates of exploitation and; iii) there was an even greater deepening of large corporations that not only manage but also determine prices given the high level of global power over the production and marketing of goods. Added to this, secondly, a cost inflation due to the global level supply shocks.

Keywords: Brazilian inflation, Monetarists, Structuralists, Changes, Permanence

INTRODUÇÃO

No ano de 1963, foi lançado o livro “*A Inflação Brasileira*” de autoria de Ignácio Mourão Rangel (1914-1994)⁴. A obra lança no debate nacional novas ideias sobre a questão da inflação⁵ dominada à época basicamente por duas correntes teóricas: uma ortodoxa e outra heterodoxa⁶. Para Mitidieri (2016), Rangel “Formulou um sistema teórico que busca explicar a dinâmica da economia brasileira, conferindo sentido à evolução histórica da estrutura socioeconômica do país e fundamentando nela sua análise do fenômeno inflacionário brasileiro”.

O artigo visa explorar, portanto, se os argumentos explanados por Rangel à época, continuam validos para compreender a inflação da última década. Primeiramente, de maneira breve faremos uma abordagem biográfica, destacando suas influências teóricas e o impacto de sua obra no pensamento social brasileiro. Em segundo momento, serão abordados os argumentos e contra-argumentos entre as duas principais correntes de interpretação da época: a saber, os monetaristas (ortodoxos) e os estruturalistas (heterodoxos). Na sequência, apresentaremos as principais ideias do autor elencadas na obra “*A inflação Brasileira*”. Posteriormente, analisaremos se existem elementos que se

⁴ Como o propósito do artigo é trazer a contribuição de Rangel acerca do fenômeno inflacionário, é importante resgatarmos uma passagem de Rego e Pereira (1994) os quais afirmaram que “a Dualidade está em toda parte na economia e na sociedade brasileira” e Castro (2012), o qual analisando o pensamento de Rangel, afirmou que ele não tratava nada de forma tópica apesar de muitas vezes transparecer. Dessa forma, como Rangel era um atento observador da sociedade, estava sempre tentando levantar questões e dar soluções pertinentes aos problemas de cada momento histórico. Sendo assim, o caso da inflação brasileira está ligada fundamentalmente aos movimentos mais gerais da economia política brasileira e todas as suas particularidades, pois de acordo com Jabour (2017) a obra de Rangel não deve ser tomada no particular, como por exemplo, em análises isoladas da inflação, questão agrária e outras grandes questões atinentes à sociedade brasileira, uma vez que todo o pensamento do autor é marcado pela Teoria da Dualidade Básica como o fio de condutor que perpassa todas essas grandes questões desenvolvidas. Portanto, para entender o fenômeno inflacionário na visão de Rangel, antes de tudo, precisa ter isso em mente.

⁵ Segundo o IBGE, inflação é o nome dado ao aumento contínuo e generalizado dos preços de produtos e serviços. Ela é calculada pelos índices de preços, comumente chamados de índices de inflação. O IBGE produz dois dos mais importantes índices de preços: o IPCA, considerado o oficial pelo governo federal, e o INPC.

⁶ Tendo como base o dicionário Aurélio, entende-se por “*Ortodoxos*” aquelas pessoas que seguem dogmas, preceitos ou doutrinas rígidas. No âmbito da economia, os economistas considerados ortodoxos são os que seguem a corrente monetarista. De maneira contrária, os “*Heterodoxos*” diferenciam-se por não seguir dogmas e doutrinas completamente rígidas. Os economistas considerados heterodoxos são os estruturalistas, embora Ignácio Rangel não necessariamente faça parte da visão estruturalista, ele é visto como um heterodoxo. Bielschowski (1988) em seu livro “Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)” afirma que Rangel devido sua originalidade e maneira particular de pensar não se enquadrava em nenhum campo de interpretação em vigência, construindo, portanto, uma visão própria de entender a economia brasileira, dedicando um capítulo exclusivamente ao Pensamento Independente de Ignácio Rangel.



tomaram obsoletos e em havendo, o que permanece válido para explicar a inflação atual. Por fim, na quinta e última seção, faremos as considerações finais.

1. IGNÁCIO RANGEL: INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E O IMPACTO DE SUA TEORIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO.

Rangel teve uma passagem marcante na historiografia brasileira, apesar de que por algumas décadas, especialmente após a década de 1980 (diferentemente de Celso Furtado e Caio Prado Jr.), houve certo desaparecimento de suas ideias no âmbito intelectual, onde seu pensamento foi relegado e jogado ao ostracismo. Entretanto, nos últimos anos ressurgiu com considerável vigor. Rangel, entra no seleto grupo dos clássicos, pois o pensamento desse autor ilumina muitas décadas à frente, onde permanecesse em inúmeros temas, muito atual. A obra *“Inflação Brasileira”* ainda parece-nos conter essa atualidade.

A originalidade e atualidade de seu pensamento, pode ser associado às influências teóricas que esteve submerso, porém, sem sofrer, segundo Mamigonian (1998, p. 136) da “[...] ‘angústia da influência’, que inferniza hoje em dia tantos anões intelectuais preocupados antes de tudo com a autopromoção” e sem fazer uma aplicação mecânica, sem os devidos ajustes dessas teorias à realidade brasileira. Além disso, Pereira e Rego (1998) já advertiam que desde início da década de 1930, Rangel começara ler Marx o qual formou sua maneira de pensar sendo, portanto, materialista, histórica e dialética. Foi integrando de maneira muito singular Adam Smith, Marx, Lênin, Schumpeter e Keynes às condições particulares da realidade brasileira que Rangel ofereceu - graças a sua inteligência e criatividade - uma enorme contribuição ao país.

Mesmo tendo sido preso muito jovem por tentativa de tomada de poder, em 1935, não abandonou seus estudos no cárcere, onde com seus companheiros na prisão, estudavam de sociologia à matemática. Em 1937, é liberto, porém, obrigado a não se afastar de São Luiz no Maranhão. A partir de 1945, sua vida ganha novos contornos ao se deslocar para a cidade do Rio de Janeiro, onde daí em diante começa a ser mais conhecido. Já em 1947, seu nome é sugerido por Rômulo Almeida a Getúlio Vargas que o convida, em 1952, para fazer parte de seu seleto grupo de assessores (PEREIRA; REGO, 1998).

Nesse período, sua permanência junto ao Governo foi muito frutífera, pois contribuiu nas análises de projetos e formulações de políticas para o fortalecimento de instituições como o atual BNDES e Eletrobrás, além de ter ministrado aula no Instituto



Superior de Estudos Brasileiro (ISEB). Na década de 1950, realizou curso de Pós-Graduação patrocinado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) onde escreveu a monografia *El desarrollo económico en Brasil*.

Retornou ao Brasil, em 1955, onde muitas vezes estudou e escreveu com recursos financeiros escassos, o que não o impediu de produzir textos magistrais. Dentre os textos e livros que escreveu, o livro “*A inflação Brasileira*” ganha destaque. A relevância dessa obra se deve, sobretudo, pelo fato de entender o processo inflacionário como síntese de múltiplas determinações, tendo a história como baliza mestra, a qual é permeada por avanços, recuos e contradições.

Em meados da década de 1950 e 1960, o debate acerca da inflação passou a ser recorrente e resultou intensos debates entre os economistas da época⁷. A questão inflacionária era uma questão latente, mas não o único problema da época, pois outras questões à nível macroeconômico se manifestavam. Ao fazer referência à economia brasileira no início dos anos sessenta, Cruz (1980, p. 5) afirma ser

um quadro de graves e crescentes dificuldades que contrasta fortemente com o vigoroso dinamismo e com a euforia desenvolvimentista prevalecentes no período imediatamente anterior. É no início da década que se manifestam, de forma aberta, os elementos principais da crise econômica que se estenderia até 1967, dentre os quais se destacam a desaceleração do crescimento e o recrudescimento inflacionário.

Mesmo após intenso crescimento e dinamismo econômico resultado do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), sobreveio um período de instabilidade inflacionária e política, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros e a posterior deposição de João Goulart. Para Vilella (2011 p. 29)

[...] essa perda de dinamismo da economia decorreu em grande medida do término do grande bloco de investimentos associado ao Plano de Metas, mas, também, das tentativas de estabilização nos dois governos que se seguiram a Juscelino, tentativas essas tornadas urgentes à luz do legado inflacionário daquele governo. Em síntese, JK de fato entregou a seus sucessores uma economia maior e mais desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, deixou-lhes um “presente de grego”, sob a forma da

⁷ Nesse período, torna-se efervescente o debate acerca do pensamento econômico brasileiro. Para Bielschowsky (2000), algumas correntes de pensamento surgiram para interpretar e dar respostas aos fenômenos econômicos. Em sua obra intitulada “Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo” o autor faz referência as correntes de pensamento econômico da época, onde de acordo com o autor, os economistas defensores da tese estruturalista da inflação são: Raúl Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e J.N Vásquez. Dentre os economistas que defendiam a tese mais liberal/ortodoxa/monetarista da inflação, podemos citar: Octávio Gouvea Bulhões, Mario Henrique Simonsen e Eugenio Gudín.

piora de alguns dos principais indicadores macroeconômicos internos e externos.

A conjuntura política e econômica fez surgir inúmeros debates entre as mais diversas correntes teóricas da época. No momento, daremos destaque aos acirrados argumentos e contra-argumentos da corrente ortodoxa e/ou monetaristas⁸ e a corrente heterodoxa e/ou estruturalista, onde o elemento central da discussão era a tentativa de entender as causas originais do fenômeno inflacionário e por consequência, resolvê-lo.

2. ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS ENTRE A CORRENTE MONETARISTA E ESTRUTURALISTA: UMA SÍNTESE

A corrente monetarista e estruturalista que estavam em evidências à época, possuíam argumentos bastante divergentes, apesar que havia um ponto em comum. Para Rangel (2005, p. 567) o que ambas correntes teóricas possuíam em comum, é que buscavam “[...] a gênese da inflação numa suposta insuficiência ou inelasticidade da oferta – global, no caso dos monetaristas, e setorial, no caso dos estruturalistas – quando deveriam ocupar-se no comportamento da demanda”.

O ponto de divergência mais profundo entre as correntes, é que para os estruturalistas o que causava inflação eram pontos de estrangulamentos que impediam o desenvolvimento econômico e não emissão monetária como propugnavam os monetaristas. Rangel (2005, p. 565) reconhece a contribuição dos estruturalistas quando afirma que “a percepção de que a inflação tem origem no bojo da economia e não no gabinete do ministro da Fazenda, [...] consiste a essência da contribuição dos “estruturalistas” ao entendimento do processo inflacionário brasileiro.”

Os estruturalistas, acreditavam que o problema inflacionário se encontrava nos gargalos existentes no lado real da economia, como por exemplo, nas elevadas taxas de urbanização que representava uma pressão sobre a demanda de alimentos, uma vez que o país deixava de ser agrário-exportador para ser um país urbano-industrial, contrapondo-se, portanto, à visão propagada pelos monetaristas de estabilização e de inflação, uma vez que esta última, seria fruto da expansão da base monetária. Para Bielschowsky (2000, p. 21)

⁸ Serrano (2010) em seu artigo “Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação” utilizou o termo “visão consensual” para indicar que a visão dos ortodoxos é um consenso quando o assunto é a causa inflacionária e o receituário para contê-la.

[...]. O estruturalismo oferecia, então, uma boa arma analítica para a luta contra as políticas de estabilização. De acordo com a visão estruturalista, a moeda se expande, quase sempre passivamente, como respostas das autoridades monetárias às elevações de preços de origem estrutural, sendo, portanto, incorreto considerá-la causa da inflação. A única maneira de evitar a inflação seria alterar as condições estruturais que a provocam, e isto deve ser feito por meio de um esforço de crescimento econômico contínuo e planejado. Políticas creditícias e fiscais restritivas não apenas fracassam no tratamento da inflação, mas ao causarem recessão, reforçam as tendências inflacionárias estruturais, que se explicitam tão logo o crescimento é retomado.

Nesse sentido, segundo seus adeptos, no Brasil havia uma oferta agrícola inelástica que se diferenciava de países desenvolvidos em que uma pressão da demanda e a consequente elevação do preço sobre determinados produtos da cesta básica, havia maior elasticidade de substituição de um produto por outro.

Outros dois pontos de estrangulamentos que podemos fazer referência, era o gargalo que se encontrava no câmbio e no setor de infraestrutura. No caso do câmbio, ao visar atrair dólares para o país não fazia sentido aumentar a produção para maior entrada de moeda estrangeira, porque maior oferta de um determinado produto no mercado internacional, deteriorava por consequência seu preço, dada a relação oferta-demanda.

O setor de infraestrutura também era um ponto de estrangulamento na visão estruturalista, porque prejudicava a circulação de mercadorias, além de obstruir o pleno crescimento das cidades, uma vez que faltava rede de esgoto, habitação e transporte urbano para os cidadãos que migravam do campo para as cidades. A defesa de uma reforma urbana aliada à uma reforma agrária se encontrava exatamente nesse ponto. Para tanto, era necessário massivos investimentos públicos que ia em sentido diametralmente oposto aos monetaristas, visto que esses últimos acreditavam que a causa da inflação derivava de emissão monetária, propondo com isso, cortes nos gastos do governo e rígido controle da política monetária. Essa visão era encarada como se a moeda fosse uma mercadoria qualquer, ou seja, quanto mais disponibilidade dessa mercadoria no mercado, maior sua desvalorização, acarretando por consequência, em um aumento geral dos níveis de preços.

Além disso, é necessário ressaltar que esta corrente de pensamento criticava os estruturalistas afirmando que os mesmos cometiam tautologia⁹, quando esses últimos diziam que a inflação acontece porque há uma constante elevação dos mais variados preços.

No caso dos pontos de estrangulamentos encarnado pelos estruturalistas, Rangel afirma (2005, p. 566):

[...]. É justo reconhecer que, sob esta inspiração, chegamos a um conhecimento muito mais completo da economia brasileira, e sobretudo, através da intervenção do Estado, que essa teoria justifica, foram promovidos vultuosos investimentos rompedores de pontos de estrangulamentos, como os compendiados no Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, os quais, se não resolveram o problema da inflação, não há dúvidas de que resultaram na aceleração do desenvolvimento econômico. Mas como bem notou J. P. Almeida Magalhães, os estruturalistas não definiram um programa de combate à inflação. Rompidos, em rápida sucessão, os pontos de estrangulamentos, pela criação de atividades substituidoras de importações, e pela enérgica expansão da produção agrícola, especialmente nos últimos cinco anos, acrescentamos nós, a pressão inflacionária, longe de amainar, intensificou-se enormemente. Noutras palavras, se havia alguma correlação entre o processo inflacionário e a maior ou menor inadequação da estrutura da oferta [...], essa correlação tinha sinal oposto ao que se imaginava. Em resumo, quanto menos inadequada fosse a estrutura da oferta, maior seria a pressão inflacionária.

O autor, contudo, não ignora as contribuições da corrente estruturalista em reconhecer que para os adeptos dessa escola a inflação não deriva de intervenções do Estado, mas tem como ponto nuclear a economia, além de reconhecer que estes não são avessos aos investimentos públicos, nem favoráveis as terapias de choques¹⁰ para estabilização. Pereira (1993, p. 490) baseando-se em Rangel, afirma que

[...] O papel do governo, nesse caso, é passivo e não fonte original de inflação, visto que esta é causada por movimentos autônomos oriundos das empresas privadas. O governo apenas cumpre sua parte, ao emitir para salvar as empresas em dificuldades financeiras e evitar o desemprego; pois, caso contrário, sobrevirá a crise.

⁹ Tautologia nada mais é que repetir a mesma ideia com palavras que possuem o mesmo sentido. Aula do professor João Sayad na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA/USP. Disponível no You Tube.

¹⁰ Sobre as “Terapias de choques” sugerimos ver Weber (2023, p.23) onde logo na introdução de seu livro “Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado” a autora afirma que o pacote consistia (no caso chinês e que vigora no mundo ocidental) basicamente em: “1) liberalização de todos os preços em um único big bang; 2) privatização; 3) liberalização do comércio; e 4) estabilização, na forma de políticas fiscais e monetárias rígidas.”

Isto posto, ressalta-se que essa forma de enxergar o fenômeno inflacionário de maneira muito singular, ligava-se diretamente com as contradições do processo produtivo e, que em suas palavras “[...] a pedra de toque para avaliar ambas essas teorias é a capacidade ociosa. Ambas as escolas a negam, aberta ou sub-repeticivamente. [...]” (prefácio, 1963, p. 554). O autor desde muito jovem, já possuía a sensibilidade de identificar que ociosidade no setor produtivo poderia desencadear desequilíbrios no processo econômico.

Tais percepções são pretéritas às leituras de Keynes que foi um teórico que trouxe essa questão para o centro do debate em sua obra “*Teoria Geral do Emprego do juro e da Moeda*” de 1936. Nas palavras de Rangel “meu interesse pelo problema dos recursos ociosos é coevo dos primeiros movimentos de minha consciência no sentido da problemática econômica, a um tempo em que o estudo do direito era ainda meu destino evidente [...]” (Prefácio, 1980, p. 448).

3. CONTRIBUIÇÕES DE RANGEL ACERCA DA INFLAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 1960

Logo nas primeiras páginas de sua obra, segundo Dias Pereira (2014, p. 555) Rangel utiliza a palavra “ilusão”, onde segundo o autor, Rangel usava para caracterizar tanto a visão monetarista quanto a estruturalista, onde para ele, esse termo evidencia o quanto Rangel não acreditava no poder de explicação dessas escolas para explicar o fenômeno da inflação brasileira nos anos 1960. Além disso, Rangel demonstra criatividade e ousadia ao desafiar ambas correntes teóricas nessa temática, obra que revelou segundo, Pereira (1993, p. 488) “[...] o pouco alcance desses enfoques em sua tentativa de explicação do fenômeno inflacionário”

Desfeita a ilusão tanto monetarista quanto estruturalista, Rangel passa a explanar sua interpretação nada ortodoxa acerca do fenômeno. No prefácio, o autor menciona o uso do método dialético¹¹ trazido à lume primeiramente na Grécia antiga com Aristóteles, passando por Hegel até Marx, cujo objetivo é sair da aparência sensível em busca da

¹¹ É importante ressaltar que o conceito de “dialética” não surge com Marx no século XIX, embora possa parecer. Peixoto (2015), em seu texto intitulado “A dialética até Hegel” retoma o longo percurso ao qual o conceito está submetido. Para o autor com base em Aristóteles, o termo surge com Zenão (504/1 - ? A.C) passando por Platão, Heráclito, Parmênides e Kant até chegar ao que conhecemos como “Dialética Hegeliana”, embora Marx tenha dado enorme contribuição ao aplicar o conceito para compreender o modo de produção capitalista.

essência apreensível dos fatos reais. Alia-se a isso, a taxa de exploração (conceito trabalhado pelos marxistas), além do referencial Keynesiano para discutir o papel do Estado nas políticas fiscais e, o aspecto da propensão a consumir¹².

Isto posto, resta saber: qual era o problema fundamental¹³ para Rangel ao tratar da elevação dos preços? Para Rangel, o ponto central era descobrir por que havia *manipulação artificial dos preços por empresas oligopólicas e oligopsônicas*, as quais em certos períodos se recusavam em levar seu produto ao mercado, ao invés de baixar o preço. Essa era uma questão que deveria ser analisada com profundidade para não cairmos em equívocos, uma vez que para Rangel (1963, p. 559)

A inflação brasileira é um fenômeno extremamente complexo, cuja significação profunda não se deixa surpreender logo ao primeiro exame. Ao contrário, ao primeiro exame, o que podemos obter são algumas determinações ilusórias, muito perigosas, porque podem inspirar medidas equivocadas de política econômica. [...]

Analisar com profundidade, significava para ele, aderir ao método materialista histórico e dialético. Nas palavras do próprio Rangel (1963, p.560) “[...] A dialética não é um meio de complicar, as coisas, mas, ao contrário, de simplificá-las. Complexo é o problema em consideração”.

As características da economia brasileira à época, frisava Rangel, era que existia empresas oligopólicas que dominavam (pelo lado da oferta) o fornecimento de bens as quais administravam artificialmente os preços, retendo parte de seus produtos agrícolas no mercado. Essa era sua observação quando criticava os estruturalistas, os quais viam inelasticidade da oferta de produtos dado os pontos de estrangulamentos existentes na economia brasileira. Para Rangel (1963) não era uma inelasticidade de oferta, mas sim, inelasticidade da demanda. Em outras palavras, era a rigidez pela busca de produtos alimentícios que fazia com que as empresas manipulassem os preços para cima, forçando por sua vez, o consumidor aceitar a alta nos preços¹⁴.

¹² A propensão a consumir é um conceito keynesiano que relaciona o consumo com a renda. Quanto maior a renda, menor será a parcela utilizada no consumo e maior será a poupança. Contrariamente, quanto menor a renda, maior será parcela utilizada da folha de salário para o consumo, uma vez que esta possui baixa propensão ao consumo.

¹³ Inúmeros temas gravitavam no entorno deste problema central, os quais podemos citar: capacidade ociosa industrial, estrutura agrária, o papel do Estado na emissão monetária e o papel dos investimentos como função da renda e seus efeitos multiplicativos na economia. Todos esses temas, interligavam-se umbilicalmente com o tema da inflação.

¹⁴ É válido notar que a curto prazo, haveria a busca dos produtos alimentícios mesmo com elevados preços, porque a demanda torna-se invariavelmente inelástica, diferentemente de outros bens em que a demanda é

Por outro lado, criticava os monetaristas que rigorosamente acreditavam (e ainda acreditam) que a inflação deriva de expansão da base monetária¹⁵ quando o que acontece é exatamente o contrário. São empresas que não podendo elevar os preços de seus produtos que recorrem ao sistema bancário em busca de crédito com vistas a manter seus estoques, forçando o governo a emitir. Jogando, portanto, por terra a tese de que emissão monetária geraria inflação. Essa seria uma visão da austeridade e arroxo fiscal que a classe trabalhadora poderia prescindir.

Outro ponto inovador em sua interpretação, era de que a inflação possuía uma função, que nas palavras dele era síndrome da recessão. Naquele momento, a inflação fazia com que as pessoas dispo de recursos financeiros¹⁶, para se defenderem da desvalorização da moeda dado o aumento dos preços, imobilizavam capital, comprando bens que no futuro estariam mais caros.

A função da inflação demonstrada no parágrafo acima, não altera o fato de que a economia tenderia a uma desaceleração econômica a médio e longo prazo, pelo simples fato de que uma alta taxa de exploração e por consequência, baixíssima propensão a consumir, resultaria em uma subutilização da capacidade produtiva. Para Rangel, a inflação tinha esse componente de defesa da economia contra recessão, mas ela não seria eficaz por longo tempo porque haveria uma rentabilidade negativa do capital fazendo com aumentasse a capacidade ociosa.

Como tinha a dialética como base de análise, identificou que ao passo que havia setores com capacidade ociosa, havia outros com carência de investimentos e que eram responsáveis por alavancar a economia a patamares superiores. Tais investimentos,

um pouco mais elástica como por exemplo, outros bens de consumo. Esse é o caso de artigos de vestuários de maneira em geral.

¹⁵ Expansão da base monetária não se restringe apenas ao fato de uma maior quantidade de moeda em circulação numa sociedade com impressão desta. Pode ocorrer também quando o banco central decide reduzir a quantidade de moeda compulsória que os bancos devem ter para cumprir seus contratos. Isso resulta numa maior disponibilidade de recursos financeiros para empréstimos.

¹⁶ Keynes (1936) nos ensina que em momentos de crises econômicas, há uma tendência natural das pessoas terem “preferência pela liquidez”. Porém, no caso brasileiro à época, a inflação forçava as pessoas ao consumo não aprofundando ainda mais a recessão. Hoje em dia com o capital financeiro desenvolvido e internacionalizado, acreditamos que essa não seja mais uma verdade, uma vez que as pessoas dispo de dinheiro e com taxas de juros elevadas vão em busca de acumular por meio da especulação financeira (D - D’) onde “D” é dinheiro e “D’” é uma fração maior de dinheiro. Nas palavras de Paulani (2009), hoje o que existe no Brasil é um “[...] processo de financeirização da economia a qual denominou de “plataforma de valorização financeira”

deveriam ser careados de setores ociosos para os setores carentes de investimentos, que seriam, portanto, os de serviços de utilidade pública.¹⁷

Esse debate que levanta na década de 1960 e retoma na década de 1980¹⁸, período conhecido como “década perdida”, resultou na constituição do Plano Real em 1994¹⁹, com vistas a total redefinição da política econômica.²⁰

4. MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DA CONTRIBUIÇÃO DE RANGEL ACERCA DA INFLAÇÃO RECENTE NO BRASIL (2013 - 2023)

Achamos conveniente analisar o fenômeno inflacionário dos últimos 10 anos e dentre esse período dividi-lo em dois momentos. O primeiro, de 2013 a 2019 e o segundo, de 2020 a 2023. As razões são bastante óbvias uma vez que nesse último momento houve uma dinâmica inflacionária que foge à regra da tradição brasileira. Primeiro, porque com a Pandemia da Covid-19, houve retração da produção devido o isolamento social resultando num choque de oferta à nível global. E segundo, devido a guerra no Leste Europeu envolvendo diretamente Rússia e Ucrânia e indiretamente os vários países que compõe a OTAN²¹. Independente da pandemia ou choques de oferta causadas por guerras,

¹⁷ Serviços de utilidade pública, seriam o setor elétrico; os diversos modais de transporte; portos e aeroportos dentre outros. Passados sessenta anos desde sua contribuição, ainda estamos nos “batendo” de que esses são os setores a serem privilegiados com os investimentos e a partir disso, gerar emprego e renda. Para maiores detalhes, ver capítulo VI “O novo ciclo breve” do livro: Economia: Milagre e Anti-Milagre.

¹⁸ Sobre esse tema, sugerimos ver Rangel (1987) “O papel dos serviços de utilidade pública” e Pizzo (1998) “Rangel e a concessão dos serviços públicos à iniciativa privada”.

¹⁹ Para Medeiros (2017) “O plano Real e a política macroeconômica correspondente foram a síntese e o ponto mais alto do consenso neoliberal no Brasil. Marcaram o rumo dos debates sobre política econômica por toda a década que se seguiu. A política de juros altos junto às baixas taxas de crescimento industrial tornaram o mercado financeiro e os investimentos especulativos mais atraentes. Formou-se todo um conjunto de interesses de classes rentistas na defesa da manutenção desse conjunto de políticas como o centro da política econômica e do projeto nacional.”

²⁰ Acreditamos ser impossível discutir a inflação recente no Brasil, em especial nos últimos 20 anos, sem antes entendermos a conjuntura política e econômica da década de 1980 e seus desdobramentos na década de 1990 com a consolidação do Plano Real em 1994. Como foge do escopo tal discussão, apenas faremos sugestões de leituras que abordam as décadas mencionadas. Para melhor compreensão da década de 1980 sugerimos ver L. Beluzzo (2002) Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Acerca do Plano Real, sugerimos ver Dantas e Cerqueira (2014) “Plano Real: Auge e declínio de uma política econômica – uma revisão”, além de Paulo N. Batista Jr (1999) “Plano Real, dependência e dívida externa”

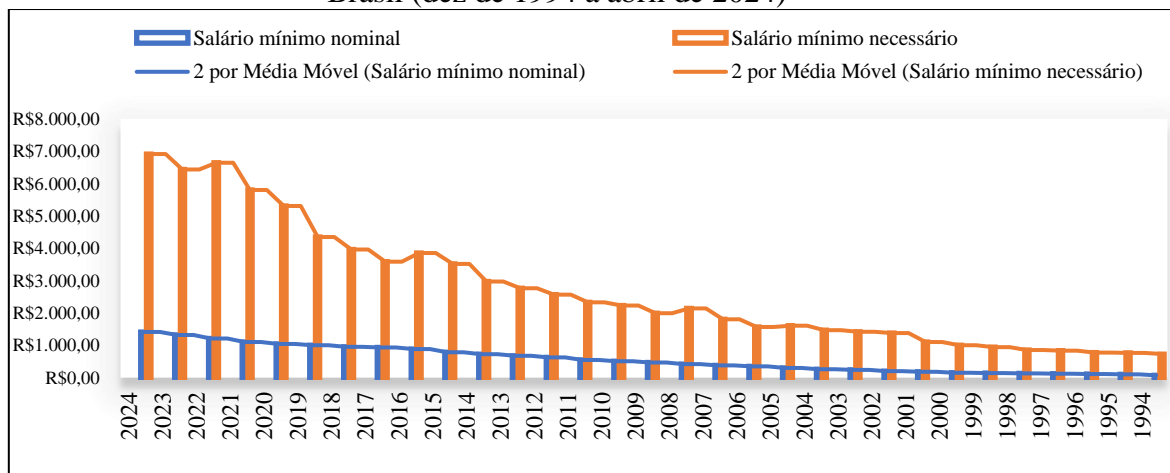
²¹ A Guerra que teve eclosão em meados de fevereiro de 2022 e que se estende aos dias atuais, tem como elementos centrais a anexação da Crimeia em 2014 e o separatismo nas províncias do leste, na região de Donbas. Além disso, a Ucrânia tem apresentado anseios de aderir à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aliança político-militar ocidental que reúne atualmente 32 países. No final de 2021, a Rússia passou a desdobrar tropas na fronteira e invadiu o país em 24 de fevereiro de 2022. Percebe-se, portanto, que quando se trata da Ucrânia, a tensão é maior por envolver, principalmente, questões de defesa e energéticas que resulta em um contexto geopolítico de profundas implicações, dentre elas, a instabilidade da oferta para o Brasil de insumos agrícolas como fertilizantes, acarretando devido às incertezas aumento do preço o que produz, nesse sentido, um efeito dominó.

o que será demonstrado é que o caso da inflação brasileira não deriva de excesso de demanda como os ortodoxos entendiam e continuam a entender. Esse é o primeiro elemento de permanência no debate em que Rangel fazia nos idos da década de 1960.

Rangel via que a prioridade era o desenvolvimento das forças produtivas, ou em outros termos, o desenvolvimento econômico do país devia ser prioridade e não o combate à inflação porque ela, segundo sua visão, era síndrome da recessão²². Embora fosse verdadeiro e concordássemos que a inflação fosse de demanda, não necessariamente poderia ser considerado algo negativo, porque isso significaria que a população possuiria renda. É, portanto, contrassenso acreditar que é positivo provocar desemprego e reduzir o meio circulante para arrefecer a pressão inflacionária²³. O caso concreto brasileiro é que o país padece de alta exploração e baixíssima propensão a consumir. Esse é segundo elemento de permanência no debate que Rangel faz nos anos 1960, isto é, a taxa de exploração continua altíssima.

Para corroborar com nossa discussão, apresentaremos um gráfico que demonstra a variação do *salário mínimo nominal anual* e o *salário mínimo necessário* nas últimas três décadas. O fato é que a demanda no Brasil é potencial e não efetiva.

Gráfico 01 – Variação do Salário Mínimo nominal e Salário Mínimo Necessário no Brasil (dez de 1994 a abril de 2024)



²² Para o autor, a inflação representava algo que na economia brasileira apresentava anormalidade e que a crise estava se abatendo. Ela era vista como uma febre no corpo humano onde a doença não é a febre, mas expressão de algo que no organismo não está indo bem. A identificação da “doença” na economia era fundamental para um tratamento adequado.

²³ Um exemplo dessa visão distorcida sobre os fatos, é uma matéria do Jornal de Pernambuco no ano de 2015, onde o título da matéria era: “Para Inflação cair desemprego precisa aumentar”. Na ocasião o objetivo da matéria era manifestar posição no sentido que menor demanda, por consequência, menor seria a pressão por bens disponíveis para venda. Leia a matéria disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2015/04/para-inflacao-cair-desemprego-precisa-aumentar.html>

Fonte: DIEESE, 2024. Elaborado pelos autores.

É possível notar que de 2014 em diante²⁴, houve considerável ampliação do indicador *salário mínimo necessário*, enquanto o *salário mínimo nominal* teve pouca oscilação para cima. O gráfico é muito elucidativo no sentido de evidenciar que a demanda no Brasil além de ser reprimida, demonstra também que não é por excesso de demanda que há aumentos nos preços.

Esse dado complementa as informações de que o Brasil é um país com alta concentração de renda e riqueza nas mãos de pouquíssimas pessoas. Segundo dados do IBGE, no ano de 2021, havia uma diferença de renda de 35% entre o 1% mais rico em comparação com a metade da população mais pobre. Para além dessa informação que indica que o problema é a diferença da média salarial mensal que girava em torno de R\$ 15,8 mil do 1% mais rico em comparação com a metade das pessoas mais pobres em que a renda média era de R\$ 453,00, ela esconde um fato essencial. Essa informação omite que o Brasil é o país com uma das maiores concentrações de riqueza do mundo, ficando em sétimo lugar no ranking da revista Forbes. Juntos, segundo a revista, no ano de 2024 as dez pessoas mais ricas somam aproximadamente U\$\$ 118,1 bilhões (aproximadamente R\$ 596,4 bilhões)²⁵. Essa realidade não se alterou e é uma constante na história brasileira²⁶.

Dessa forma, a ilusão dos ortodoxos em acreditar que a inflação deriva do excesso de demanda, resulta num tratamento inadequado para contê-la. Por um lado, em seus diagnósticos, a solução é aumentar a taxa de juros para diminuir a quantidade de dinheiro na economia proveniente de empréstimos para consumo. Por outro, o encarecimento do

²⁴ O período que se enquadra na última década está ligado aos malefícios da Operação Lava Jata (2014), Golpe parlamentar contra a ex-presidente Dilma Rousseff (2016), Eleição de Jair Bolsonaro (2018) e Pandemia da Covid-19 em 2020.

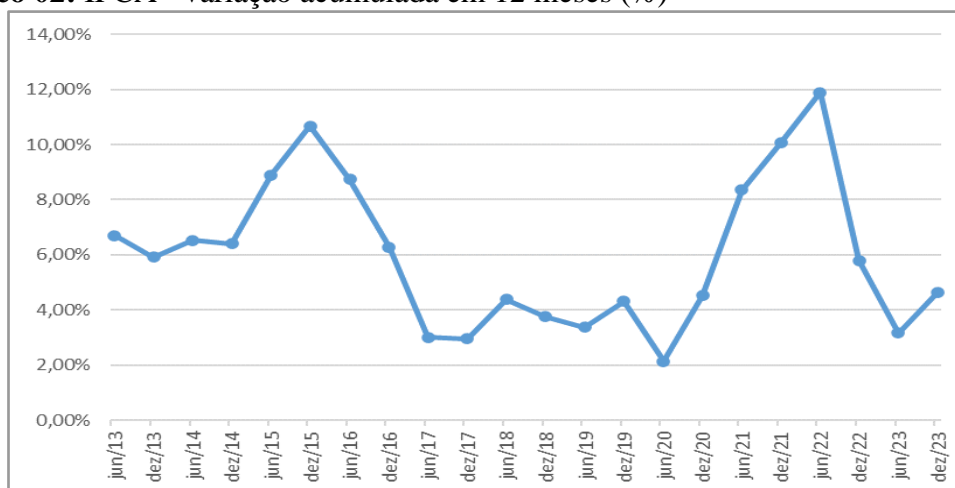
²⁵ Na matéria divulgada pela **Forbes US** contém a lista de bilionários de 2024. Nela estão presentes 69 brasileiros, que contam com fortuna superior a US\$ 1 bilhão (R\$ 5,05 bilhões). A liderança é de Eduardo Saverin, um dos fundadores do Facebook, com um patrimônio de US\$ 28 bilhões (R\$ 141,4 bilhões). Em segundo lugar está Vicky Safra e sua família, com um patrimônio de US\$ 20,6 bilhões (R\$ 104 bilhões). A lista mostra poucas alterações em relação à relação de 2023. Nela permanecem os três sócios principais da 3G e construtores do império Amber: Jorge Paulo Lemann, com US\$ 16,4 bilhões (R\$ 82,8 bilhões), Marcel Telles, com US\$ 10,9 bilhões (R\$ 55,15 bilhões) e Carlos Alberto Sicupira, com US\$ 8,9 bilhões (R\$ 44,9 bilhões). Dois membros da família controladora do Itaú Unibanco fazem parte do top 10, sendo eles os irmãos Fernando Roberto Moreira Salles, com US\$ 7,6 bilhões (R\$ 38,3 bilhões) e Pedro Moreira Salles, com US\$ 7,1 bilhões (R\$ 35,8 bilhões). E para completar a lista dos dez mais ricos temos André Esteves, do BTG Pactual, com US\$ 6,6 bilhões (R\$ 33,4 bilhões), Alexandre Behring, com US\$ 6,3 bilhões (R\$ 31,9 bilhões) e Miguel Kringsner, com US\$ 5,7 bilhões (R\$ 28,7 bilhões).

²⁶ Entre 2003 a 2015, nos governos Lula e Dilma, houve políticas sociais que visassem maior distribuição de renda para a população brasileira, mas o fato é que não houve mudanças estruturais.

dinheiro desestimula inversões produtivas, desacelerando a economia e colocando-a em rota de recessão.

A título de exemplo, com base nos dados do Banco Central, entre dezembro de 2013 a dezembro de 2015 a taxa básica de juros ficou na média de 12,06 a.a e a inflação oscilou para cima não demonstrando evidências fidedignas entre juros elevados e inflação baixa. O que o gráfico a seguir deixa claro é que a inflação está mais condicionada a conjuntura econômica e seus múltiplos determinantes que necessariamente uma relação direta entre taxa de juros e inflação. A partir de 2013, a economia começa a dar sinais de desaceleração econômica sendo agravada pelo que se seguiu em anos posteriores conforme descrito em parágrafos anteriores.

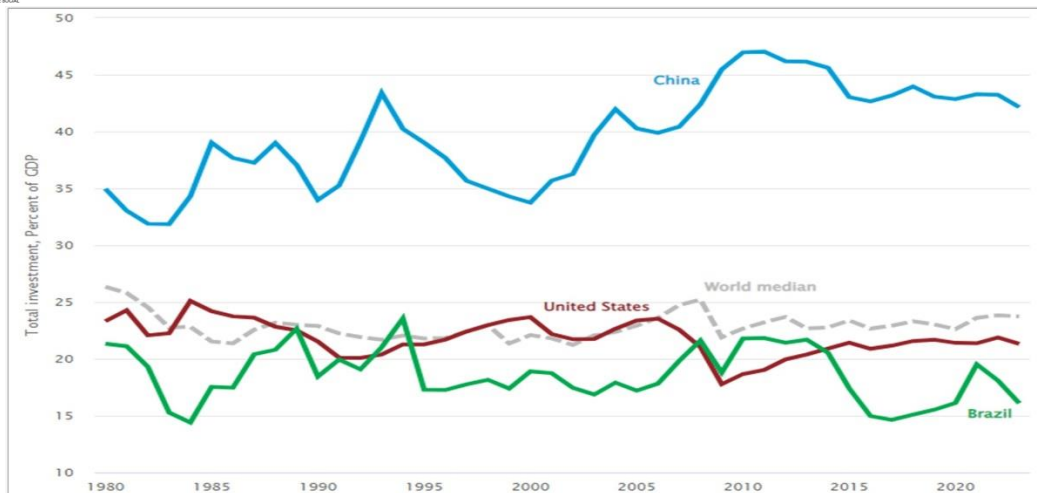
Gráfico 02: IPCA - variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE, 2023. Organizado pelos autores.

Portanto, a taxa de juros apreciada não apenas não influencia numa inflação menor, bem como desestimula o desenvolvimento econômico que numa economia monetária de produção o investimento é fundamental, visto que ele é função da renda. O gráfico a seguir, demonstra que de 1980 a 2020 a taxa de investimento no Brasil está muito aquém do necessário para uma economia com indicadores aos quais o respectivo país possui. A taxa de juros apreciada é um dos responsáveis por estes resultados.

Gráfico 3 – Taxa de investimento em capital fixo



Os investimentos no caso brasileiro, está abaixo da media mundial, dos Estados Unidos e da China. A partir de 2015, os investimentos tiveram uma queda abrupta chegando a patamares da década de 1980. Para Medeiros (2017) os baixos investimentos²⁷ a longo prazo estão ligados a alta capacidade ociosa dos setores industriais; altas taxas de juros, concomitantemente, a uma forte política recessiva imposta pelo pacto liberal que impuseram seus interesses à primeiro plano. Essa alta capacidade ociosa a que o autor se refere, está diretamente relacionada a baixa demanda em função da baixíssima composição salarial. Soma-se a isso, outro elemento fundamental originado ainda na década de 1990 que é a financeirização²⁸.

Para além das permanências na interpretação de Rangel, necessita-se fazer algumas considerações no que concerne a interpretação do autor sobre a nacionalização do capital financeiro; o pacto de poder formado nesse período não estava voltada aos interesses nacionais como nos anos 1930 e; a manipulação artificial dos preços pelos grupos que detém total ou parcial a produção, venda ou compra de bens em determinados segmentos não apenas administram os preços como determinam dada a concentração e centralização de capital.

²⁷ Esse desinvestimento aponta também, para uma desconexão do Brasil junto às Cadeias Globais de Valor de alta complexidade, fazendo com que o houvesse reprimarização da economia brasileira.

²⁸ Para Costa (2008, p. 158-159) à medida em que a dinâmica do sistema era invertida no sentido da especulação financeira, novos movimentos também eram realizados pelo polo financeiro para hegemonizar o conjunto da economia, a fim de que nenhum agente econômico pudesse escapar da armadilha financeira. A captura da renda mundial por parte do segmento financeiro deveria envolver a todos, empresas do setor produtivo, os bancos comerciais tradicionais, o mercado de capitais, inclusive os Estados nacionais e sua política orçamentária. Movidas pela lógica das altas taxas de juros, da rentabilidade rápida e com a vantagem da mobilidade irrestrita de capitais, ficou muito mais vantajosa a operacionalidade cotidiana em qualquer dos mercados do mundo. Agora o capital financeiro se libertava das amarras do espaço e do tempo e podia auto-acrescentar-se em qualquer momento ou em qualquer país.

Em primeiro lugar, necessita-se compreender a violenta abertura econômica e liberalização financeira ocorrida na época, onde o resultado, segundo Baer e Amann (2006) foi um movimento ainda mais forte de concentração e centralização de capital por meio de fusões e aquisições, além da oportunidade dessas grandes corporações acessarem o mercado brasileiro. Logo abaixo, segue uma relação das maiores empresas do mundo do setor alimentar.

Figura 1 – as maiores empresas de alimentos do mundo em 2022

Posição no ranking da indústria alimentícia	Posição no ranking Forbes Global 2000	Empresa	País	Especialidade
1	46	Nestlé SA	Suíça	Processamento de alimentos
2	86	PepsiCo, Inc.	EUA	Bebidas
3	93	Anheuser-Bush InBev SA	Bélgica	Bebidas
4	113	Coca-Cola Co.	EUA	Bebidas
5	221	Mondelez International	EUA	Processamento de alimentos
6	236	Archer-Daniels-Midland Company	EUA	Processamento de alimentos
7	286	Diageo plc	Reino Unido	Bebidas
8	291	Kweichow Moutai Co, Ltd. Classe A	China	Bebidas
9	317	Tyson Foods, Inc. Classe A	EUA	Processamento de alimentos
10	329	Danone SA	França	Processamento de alimentos
11	359	Kraft Heinz Company	EUA	Processamento de alimentos
12	360	Wilmar International Limited	Singapura	Processamento de alimentos
13	399	JBS S.A.	Brasil	Processamento de alimentos
14	408	Heineken Holding NV	Holand	Bebidas
15	424	Keurig Dr. Pepper	EUA	Bebidas
16	430	General Mills, Inc.	EUA	Processamento de alimentos
17	488	Pernod Ricard SA	França	Bebidas
18	490	Femsa	México	Bebidas
19	531	Bunge Limited	EUA	Processamento de alimentos
20	565	Muyuan Foodstuff Co., Ltd Classe A	China	Processamento de alimentos

Fonte: Forbes Global 2000.

Segundo a Revista Forbes, “entre as companhias de alimentos e bebidas com balancetes financeiros publicados, a Nestlé²⁹ manteve o título de maior do setor no mundo, posicionada no primeiro lugar com mais de US\$ 93 bilhões (R\$ 477 bilhões) em vendas.” A companhia também opera, segundo a revista, “um grande negócio de água engarrafada e é proprietária da marca de café Nespresso. O conglomerado com sede na Suíça realiza a maior parte de suas vendas nos Estados Unidos e tem quase 70 fábricas no país.”

É possível notar, a partir das informações trazidas pela Revista Forbes, que a inflação crescente manteve a indústria de alimentos e bebidas com preços em alta no mundo todo. Segundo a mesma revista, no ano de 2021, “as 25 maiores empresas deste

²⁹ De acordo com as informações do professor Dr. Fernando dos Santos Sampaio, em aula ministrada ao Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, “se a Nestlé fosse um país europeu, teria o 25º maior PIB do continente. Suas vendas são superiores ao PIB de 126 países.” Fica, portanto, evidente o “controle do comércio dos principais produtos alimentares a fim de possíveis usos geopolíticos da fome.”

setor geraram US\$ 1,5 trilhão (cerca de R\$ 7,6 trilhões) em receita, enquanto os lucros da indústria aumentaram para mais de US\$ 155 bilhões (R\$ 796 bilhões).”

As empresas de todos os setores da economia respondem por US\$ 47,6 trilhões (R\$ 244,81 trilhões) em receitas, US\$ 5,0 trilhões (R\$ 25,7 trilhões) em lucros, US\$ 233,7 trilhões (R\$ 1,2 quatrilhão) em ativos e US\$ 76,5 trilhões (R\$ 393,4 trilhões) em valor de mercado. Há 58 países representados na lista. Os Estados Unidos têm o maior número com 590 empresas, seguidos por China/Hong Kong (351) e Japão (196).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizou-se nesse artigo a contribuição de Ignácio Rangel acerca do fenômeno inflacionário ainda na década de 1960 e, se tais contribuições permaneceram válidas para entender a inflação na última década no Brasil. Para tanto, foi resgatado ainda que de forma breve as influências teóricas do autor e sua biografia. Além disso, resgatamos o debate acerca desse fenômeno à época e as contribuições do autor. Por fim, o que podemos constatar nesse trabalho é que a obra de Rangel ainda possui validade teórica, embora devido o longo tempo desde sua publicação, algumas poucas questões mereçam considerações. Mas de maneira em geral, podemos dizer que ela é um clássico visto que perpassa gerações.

Tais considerações encontram-se basicamente:

- i) No âmbito da dissolução do pacto de poder com vistas ao interesse nacional. O pacto de poder formado na década de 1930, pelo latifúndio feudal voltado ao mercado interno e a burguesia industrial nascente, cedeu lugar a uma burguesia rentista que possuem interesses exclusivamente particulares.
- ii) Tal categoria de análise, está relacionada com o desenvolvimento do capital financeiro com base meramente especulativo e que foi a base para constituição do Plano Real, cujo intuito era estabilização da economia. Com isso, pode-se afirmar que o desenvolvimento do capitalismo financeiro destruiu o mecanismo de defesa que a inflação tinha sobre a economia à época. Para o autor, à medida que a inflação desvalorizava moeda, a população para se defender da deterioração a médio e longo prazo, realizava imobilização das unidades monetárias na aquisição de mercadorias. Com a financeirização e as altas taxas de juros (a partir da década de 1990), as aplicações passaram a circular na esfera

financeira e não mais na imobilização do capital-dinheiro e a partir disso, impulsionar a economia

- iii) O aprofundamento das grandes corporações por meio de fusões e aquisições os quais concentraram ainda mais poder, especialmente a partir da abertura irrestrita na década de 1990, para ditar a precificação das mercadorias, determinando por consequência, a elevação dos preços.

Contudo, não há dúvidas que sua obra permanece importante para jogar luzes a alguns pontos que são ainda prementes na sociedade brasileira. Sua validade reside basicamente em:

- iv) Altas taxas de exploração em função da profunda concentração de renda e riqueza;
- v) A inflação no Brasil não é causa, mas consequência de alguma anomalia no sistema econômico.
- vi) A inflação em nenhum dos casos – de 2013 a 2019 e de 2020 a 2023 – foi por excesso de demanda como entendem os ortodoxos. Mas sim, por uma inflação determinadas por grandes corporações que dominam vários segmentos além de num segundo momento haver um choque de ofertas causadas pela Pandemia da Covid-19 e conflitos entre Rússia e Ucrânia.

Por fim, pode-se afirmar que sua validade teórica permanece em função de entender as leis fundamentais que regem a economia e a sociedade brasileira.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa de juros básica:** histórico. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em 29 mai 2024.
- BANCO MUNDIAL. **Investimento total, percentagem do PIB.** Disponível em: https://prosperitydata360.worldbank.org/en/indicador/IMF+WEO+NID_NGDP. Acesso em: 28 mai 2024.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. – 5. Ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000, 496 p.
- BRASIL. IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1737>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 216 p.
- DAVIDOFF CRUZ, P. **Ignácio Rangel, um pioneiro:** o debate econômico do início dos anos sessenta. UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1980.
- DIAS PEREIRA, J. M. The centenary of Ignácio Rangel. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 34, n. 4, p. 544-564, 2014. DOI: 10.1590/0101-3157-2014-2465. Disponível em: <https://centrodeeconomiapolitica.org.br/repos/index.php/journal/article/view/288>. Acesso em: 3 apr. 2024.
- DIEESE. Departamento de Estatística Intersindical de Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos:** salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>. Acesso em: 29 mai 2024.
- FORBES. **As maiores empresas de alimentos do mundo em 2022:** Confira as companhias do setor que integram o ranking Forbes Global 2000, que juntas movimentaram R\$ 7,6 trilhões. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/05/as-maiores-empresas-de-alimentos-do-mundo-em-2022/>. Acesso em: 17 jun 2024.
- FORBES: **Bilionários 2024:** Eduardo Saverin é o brasileiro mais rico do mundo. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2024/04/eduardo-saverin-e-o-brasileiro-mais-rico-de-2024-segundo-a-forbes/>. Acesso em: 17 jun 2024.
- JABBOUR, Elias. **O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignácio Rangel.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 561-583, dez. 2017.
- KEYNES, JOHN, M. **Teoria geral do emprego do juro e da moeda:** inflação e deflação. Os economistas. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAMIGONIAN, A; REGO, J.M. O pensamento de Ignácio Rangel. In. **Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel.** 1998. São Paulo. Ed. 34, 176 p.



MAMIGONIAN, A; REGO, J.M. O pensamento de Ignácio Rangel. In. **Um mestre da economia brasileira**. 1998. São Paulo. Ed. 34, 176 p.

MEDEIROS, Marlon. **Pactos de poder e política econômica: comparações Brasil-China**. Geosul. v. 32 n. 63 (2017). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n63p269>.

MITIDIARI, Tiago. L. **Ignácio Rangel e o problema da inflação na macroeconomia brasileira da industrialização**. Dogmas e enigmas. Pdf [s.a]

PAULANI, Leda Maria. **A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

RANGEL, Ignácio M. Obras Reunidas. In. **Inflação Brasileira**. Rio de Janeiro.: Contraponto, 2005. 2v (1300 p.)

VILELLA, André. Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945-2010 / [organizadores Fabio Giambiagi. et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Recurso digital. In. **Dos “Anos Dourados” de JK à Crise Não Resolvida (1956-1963)**

WEBER, Isabella M. **Como a China escapou da terapia de choque: o debate da reforma de mercado**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2023. 480 p.